

Discorrer sobre a legalização dos jogos de azar no Brasil é tarefa das mais intrincadas. Isso porque parte da sociedade, ingenuamente, acredita que a abertura aos jogos incentiva o vício; outra parte, mais razoavelmente, advoga em favor da legalização, ao fundamento de que as casas de jogos são um fomento ao turismo e, conseqüentemente, à economia. Assim, é tempo de os atores sociais engajarem-se nas discussões, com vista a legalizar os jogos, uma vez que, além de serem parte da cultura do brasileiro, serão fontes de receita.

A respeito dessa discussão, parte significativa de diferentes segmentos sociais, sobretudo os religiosos, posiciona-se contrariamente à legalização dos jogos, sob o argumento de que essa prática seja uma porta aberta para a discórdia e para a desgraça das famílias. Entretanto, é preciso considerar que o Brasil já se firmou como um país laico, e, desse modo, à Igreja não compete reeditar regras da conduta católica. É verdade que pessoas viciadas são, muitas vezes, responsáveis pelo desmoronamento de famílias inteiras, mas o jogo é apenas um, dentro do leque de vícios dos quais a sociedade está sujeita. Resgata-se aqui um fragmento bíblico, que, paradoxalmente, abate a pretensão dos religiosos: “Condutores cegos!, que coais um mosquito e engolis um camelo”.

Além disso, os jogos fazem parte da cultura do país, como o jogo do bicho e o bingo – aliás, não há diferença entre a cartela de bingo que corre na porta da igreja e a que corre dentro dos cassinos. Está claro: os jogos, aqui, são naturalmente aceitos; as campanhas proibitivas são ineficientes, porque meras formalidades. O país deve adotar a postura de países como a Inglaterra e a Espanha, os quais têm nos jogos uma fonte de turismo, empregabilidade e, obviamente, receita, uma vez que jogo legalizado gera impostos; nesse ínterim, o Brasil, ao contrário, não potencializa nem o turismo nem a economia, haja vista os jogos acontecerem clandestinamente.

Portanto, a legalização dos jogos de azar no Brasil é medida que se impõe. Isso deve ser feito por meio da sanção presidencial dos projetos de lei referentes ao tema, e, para tanto, é preciso que as casas legislativas viabilizem a discussão que envolve a legalização, com o chamamento de expoentes da sociedade em audiências públicas para opinarem e, se for o caso, aditarem os Projetos, em especial os dispositivos que prescreverão ao Estado a obrigação de destinar parte da receita aferida nos jogos ao atendimento de demandas sociais. Isso feito, o investimento deverá recair sobre a Saúde e a Segurança Pública, pilares essenciais ao bem-estar da população.

Por Gislaine Buosi

Análise estrutural da dissertação:

Apresentação do tema;

Síntese do primeiro argumento;

Síntese do segundo argumento;

Tese, que acena à proposta de intervenção social;

Desenvolvimento do primeiro argumento, com repertório sociocultural;

Desenvolvimento do segundo argumento;

Conclusão – proposta de intervenção social;